

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXV nº 1401 | 21/08/2017 a 27/08/2017

Tiragem desta edição 26.000 exemplares



PISCICULTURA

VAI DAR PEIXE

Produção de tilápia deve ultrapassar a marca de 100 mil toneladas este ano no Paraná

sistemafaep.org.br

Aos leitores

O mercado de pescados vem crescendo nos últimos anos no país. O aumento da demanda por parte dos consumidores abriu uma janela de oportunidades para produtores, que investem ou migram para a cultura de olho no público cada vez mais apreciador de carne de peixe. O Paraná é o maior produtor de tilápia do Brasil e para atender as necessidades da cadeia produtiva no Estado, o Sistema FAEP/SENAR-PR e outras entidades do setor criaram um grupo de trabalho da aquicultura para mapear a atividade e seus desafios.

Boa leitura.

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita
Diretores Financeiros: João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curí Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

• BOLETIM INFORMATIVO

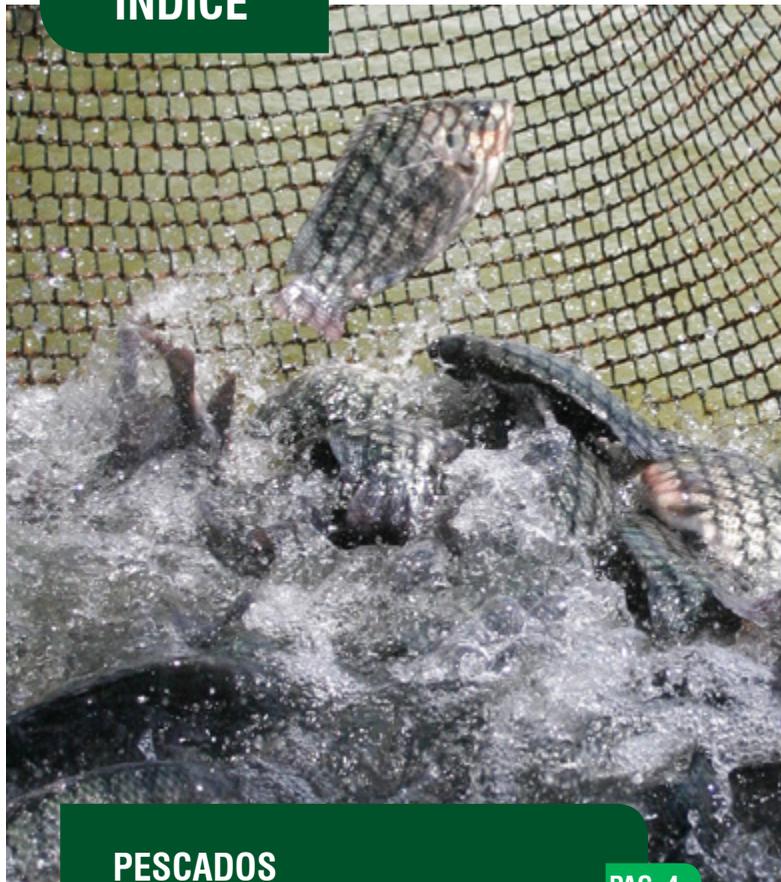
Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Edição:** Ricardo Medeiros
Redação e Revisão: André Amorim, Antonio Carlos Senkovski e Carlos Guimarães Filho
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuei
Contato: imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pedese citar a fonte.

Fotos da Edição 1401:

Fernando Santos, Milton Doria, AEN, Marcos Labanca, Shutterstock, Divulgação e Arquivo FAEP

ÍNDICE



PESCADOS

Mercado em expansão

PAG. 4

SEGURANÇA

Produtores se mobilizam contra crimes em Irati

Pág. 8

LEI DA INTEGRAÇÃO

Cadecs abrem canal entre produtores e indústria na Lapa

Pág. 11

AGROLEITE

Pecuária leiteira em foco

Pág. 12

HISTÓRIA

A invenção do telefone

Pág. 16

Agora é a hora do fora-teto

Lembremos o artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil que estabelece:

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e funcional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões, ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderá exceder o subsídio mensal em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos municípios, o subsídio do prefeito, e nos Estados e Distrito Federal, o subsídio mensal do governador no âmbito do poder Executivo, o subsídio dos deputados estaduais e distritais no âmbito do poder Legislativo e o subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e 25 centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, dos procuradores e aos defensores públicos;

XII – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

XIV – os acréscimos pecuniários recebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Diante de tal minúcia e clareza não cabe qualquer discussão: o teto de remuneração em espécie de qualquer funcionário público dos três Poderes e do Ministério Público é a remuneração mensal dos ministros do Supremo. Na última semana, o STF mostrou grande

entendimento do desastre fiscal que se abateu sobre a sociedade brasileira. Decidiu, para 2018, não compensar sequer a inflação do período, mesmo quando seus salários respeitam o teto.

Sob o estímulo da sua ilustre presidente, a ministra Cármen Lúcia, que exibiu o seu contracheque e dos ministros que mostraram solidariedade aos trabalhadores do setor privado que sofrem as agruras de um desemprego de 13,5 milhões de cidadãos e as incertezas do seu salário real. O STF deu o exemplo: congelou seus salários para 2018 em R\$ 33,8 mil, o mesmo de 2017, o que reduziu o seu poder de compra.

Essa atitude tem um alto valor simbólico. Mostrou que a mais alta corte do país, aquela que sacralizamos na Constituinte para garantir a estabilidade política e a segurança jurídica da sociedade, não só cumpre rigorosamente a Constituição como é solidária ao esforço que o país faz para recuperar o controle sobre o equilíbrio fiscal. Não acontece o mesmo, infelizmente, com o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público no que respeita a remuneração do pessoal da ativa e aos seus aposentados. O próprio Ministério Público, ao qual, aliás, a Constituição, corretamente, deu poderes para ser o “fiscal da lei”, deveria estar exigindo o seu cumprimento pelos três poderes.

Pois bem. Uma tese de doutoramento, empiricamente bem fundada (Cardoso, L.Z.L. – “Uma espiral elitista de afirmação corporativa”, FGV/SP, 2017), revelou que, em 2015, no Ministério Público de São Paulo (que deveria ser o fiscal da lei no Estado):

– 3% dos seus membros recebiam abaixo do teto;

– 91% recebiam entre o teto e o seu dobro, e

– 6% recebiam mais do que o dobro do teto!

Por outro lado, acumulam-se informações de que o custo do Judiciário no Brasil, quando medido pelo PIB per capita, é muito superior ao dos países de renda maior do que a nossa. O com-

petente economista Armando Castelar tem chamado a atenção para a alta relação custo/serviço do nosso Judiciário. Na verdade, há uma sensação que estamos nos aproximando, perigosamente, da consolidação de uma “casta burocrática” liberada de qualquer controle social. O avanço dramático do poder da alta burocracia concursada (não eleita), sem contrapesos, revela um déficit burocrático que já preocupa a sociedade de muitos países. A França de Macron é um deles.

Ao final e ao cabo, o Poder Executivo é o único que cumpre rigorosamente a Constituição. Criou um dispositivo (chamado de “fora-teto”) que ao programar sua folha de pagamentos cancela, automaticamente, qualquer excesso de remuneração sobre o teto. Por que chegamos a um Estado cujo tamanho não cabe no PIB? Seguramente, pelo uso sistemático (até por Tribunais Superiores) de uma “hermenêutica esper-ta”, muito bem servida por “exegeses criativas” que transformaram o limite constitucional em letra morta. Na emergência em que vivemos talvez o próprio STF possa determinar a todos os chefes dos Poderes, sob pena de crime de responsabilidade, que mandem aplicar, imediatamente, o dispositivo “fora-teto” utilizado no Executivo, na preparação de suas respectivas folhas de pagamentos.



Antônio Delfim Netto, é professor emérito da FEA-USP, ex-ministro da Fazenda, Agricultura e Planejamento.

Artigo publicado no jornal Valor Econômico, em 15 de agosto de 2017.

De olho na piscicultura

Diante da expansão da atividade, grupo de trabalho formado pela FAEP, SENAR-PR e outras entidades do agronegócio mapeia demandas e desafios da cadeia produtiva

Por Carlos Guimarães Filho



Nos últimos anos, mesmo em meio à crise econômica que vem assolando diversos setores do país, a piscicultura paranaense tem apresentado crescimento exponencial de fazer inveja a outras atividades agropecuárias. Segundo dados da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento (Seab), a produção de tilápia no Paraná, carro-chefe do segmento, saltou de 27 mil toneladas em 2010 para 73,3 mil toneladas em 2015 (último dado disponível), aumento de 271%. Algumas entidades estimam que o Estado, maior produtor do pescado do país, ultra-

passa a barreira das 100 mil toneladas neste ano.

O avanço da piscicultura no Paraná tem lastro em uma série de fatores, a começar pelo crescimento da demanda por parte dos consumidores. Para atender esse público, frigoríficos em operação têm ampliado a linha de produção, enquanto cooperativas, de olho em uma fatia do mercado, estão construindo plantas específicas para o abate do animal. Ainda, para fornecer a matéria-prima, milhares de produtores fazem planos para ampliar e/ou ingressar na atividade, principalmente na região Oeste, que concentra

75% da produção estadual de tilápia.

“A piscicultura possibilita um ganho maior por metro quadrado que qualquer outra atividade. Isso tem atraído cada vez mais produtores. Muitos têm deixado de plantar para apostar no pescado, inclusive dedicando terra boa, solo vermelho. A fertilidade da terra influencia na qualidade da água e, conseqüentemente, melhora a condição de crescimento do peixe”, explica Marcos Pereira, piscicultor e representante da FAEP na Comissão Nacional de Aquicultura da CNA.

Diante da necessidade de conhecer de forma mais detalhada todos os elos da cadeia produtiva, no final de 2016, FAEP, SENAR-PR, Seab, Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar) formaram um grupo de trabalho da aquicultura, com o objetivo de mapear a atividade e identificar as demandas e desafios.

“O potencial de crescimento é enorme. Para isso, precisamos levantar as necessidades dos produtores e outros elos da cadeia produtiva para que o Sistema identifique onde e como pode ajudar no processo de solidificação da cultura”, ressalta Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Periodicamente, técnicos e profissionais têm realizado visitas em propriedades, cooperativas, frigoríficos e sindicatos rurais colhendo informações para, posteriormente, definir ações e estratégias de atuação. Na primeira quinzena de agosto, o giro técnico aconteceu nos municípios de Palotina, Maripá, Toledo, Nova Aurora e Laranjeiras do Sul. Em breve, o grupo irá percorrer cidades da região Norte.

Sanidade

O primeiro giro técnico pelo Paraná permitiu identificar uma série de desafios, como a necessidade de redobrar a atenção com a segurança sanitária. “A piscicultura já é uma realidade e tem um potencial muito grande de expansão. Temos que ter um cuidado especial na implementação da cadeia pela questão sanitária. Neste quesito, o Sistema está trabalhando em parceria com os setores de defesa estadual, do Ministério da Agricultura e da Comissão de Aquicultura da CNA. Precisamos socializar conhecimentos, procedimentos e regras sanitárias para evitar doenças no futuro”, aponta o consultor da FAEP Antônio

“A piscicultura
possibilita um
ganho maior por
metro quadrado
que qualquer
outra atividade.
Isso tem atraído
cada vez mais
produtores”

Marcos Pereira,
piscicultor e representante
da FAEP na Comissão
Nacional de Aquicultura
da CNA



Poloni, ex-secretário estadual da Agricultura.

Poloni acredita que a cadeia, nos âmbitos estadual e nacional, tem potencial para produzir peixe de melhor qualidade do que o Brasil compra no mercado internacional. Atualmente, o setor de pescados ocupa a segunda posição no ranking dos produtos agropecuários importados, atrás do trigo.

O trabalho em desenvolvimento pela FAEP, SENAR-PR e outras entidades do grupo de trabalho tem animado o setor produtivo. Edmilson Zobot, que produz 120 mil quilos de tilápia por ano em sua propriedade em Palotina (Oeste), aponta a necessidade da construção de uma política voltada para o pescado nos mesmos moldes do que ocorre para a avicultura, suinocultura e pecuária de leite, entre outras atividades do agronegócio.

“Muitas vezes, as políticas públicas do agronegócio são feitas fora da realidade. Esse grupo será capaz de propor ações práticas na busca de soluções. E o Sistema poderá trabalhar junto aos órgãos governamentais para construir

uma outra forma de olhar da atividade”, diz Zobot, que também é presidente da Associação Palotinese de Aquicultores (APAQ).

Investimento

De olho nesta enorme fatia de consumidores ávidos por incluir peixe no cardápio diário, agroindústrias e produtores investem para aumentar a oferta. Parte significativa das ampliações em infraestrutura de produção está da “porteira para fora”. A cooperativa C.Vale, de Palotina, irá inaugurar, em outubro, seu primeiro abatedouro de peixes com capacidade de 75 mil tilápias/dia. O investimento gira em torno de R\$ 110 milhões.

A Copacol, cooperativa instalada em Cafelândia, no Oeste, também está reforçando a atuação na produção de pescado. A empresa, que desde 2008 aposta na atividade, investiu R\$ 50 milhões para ampliar a capacidade de abate para 140 mil tilápias/dia. Na mesma esteira, a Cooperativa Agroindustrial de Piscicultura (Copisces), em Toledo (também na região Oeste), diante de um mercado consumidor ávido por filés de tilápia, também está ampliando a estrutura para atingir a capacidade instalada para abater 50 toneladas de tilápia/dia em turno único.

“A piscicultura já vinha crescendo, mas o ‘boom’ se deu com a entrada da Copacol. Antes, o mercado oscilava muito. Agora existe segurança para os produtores. Acredito que a entrada da C.Vale irá dar outra impulsionada”, conta Ari Sgarbi, produtor de alevinos de tilápia em Palotina.

O próprio Sgarbi tem investido, ano a ano, na ampliação da produção para abastecer as cooperativas e produtores,



Salto de crescimento

A piscicultura paranaense tem demonstrado um avanço significativo nos últimos anos, puxada pelo aumento do consumo, investimentos das agroindústrias e adesão de novos produtores pelo Estado. Veja o crescimento da tilápia no Paraná, que representa mais de 90% da produção de pescado.



*em milhares de toneladas

Fonte: Seab



“Todo ano aumentamos a produção entre 10% e 20%, pois a venda é garantida”

Ari Sgarbi,
produtor de alevinos de
tilápia em Palotina

que hoje consomem quase a totalidade dos 50 milhões de alevinos produzidos anualmente. Antes, o produtor enviava para Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. “Todo ano aumentamos a produção entre 10% e 20%, pois a venda é garantida”, afirma Sgarbi, envolvido com a piscicultura há 27 anos.

Esses movimentos do mercado trazem uma segurança para o campo, fazendo com que muitos produtores invistam nas estruturas existentes e outros planejem entrar na

atividade. “Tranquiliza o pessoal, pois trazem garantias. Quem já está, amplia. Quem ainda não, planeja entrar”, afirma Marcos Pereira, piscicultor há 15 anos e que aloja 5 milhões de alevinos para tirar durante o ano. “A atividade já passou por muitos ciclos. Antes, o produtor não sabia se conseguiria vender a produção. Nos últimos oito anos, é possível perceber que estabilizou, fato que atrai produtores. Hoje, há muitos no interior do Estado, inclusive muita gente que aposta apenas na piscicultura”, complementa.

Capacitação

Outro desafio identificado pelo grupo de trabalho é a necessidade de capacitação e qualificação dos produtores. “O produtor precisa entender que precisa se capacitar para entrar na piscicultura, assim como em outras atividades. Saber que é uma atividade profissional e precisa dedicação”, ressalta Zabot.

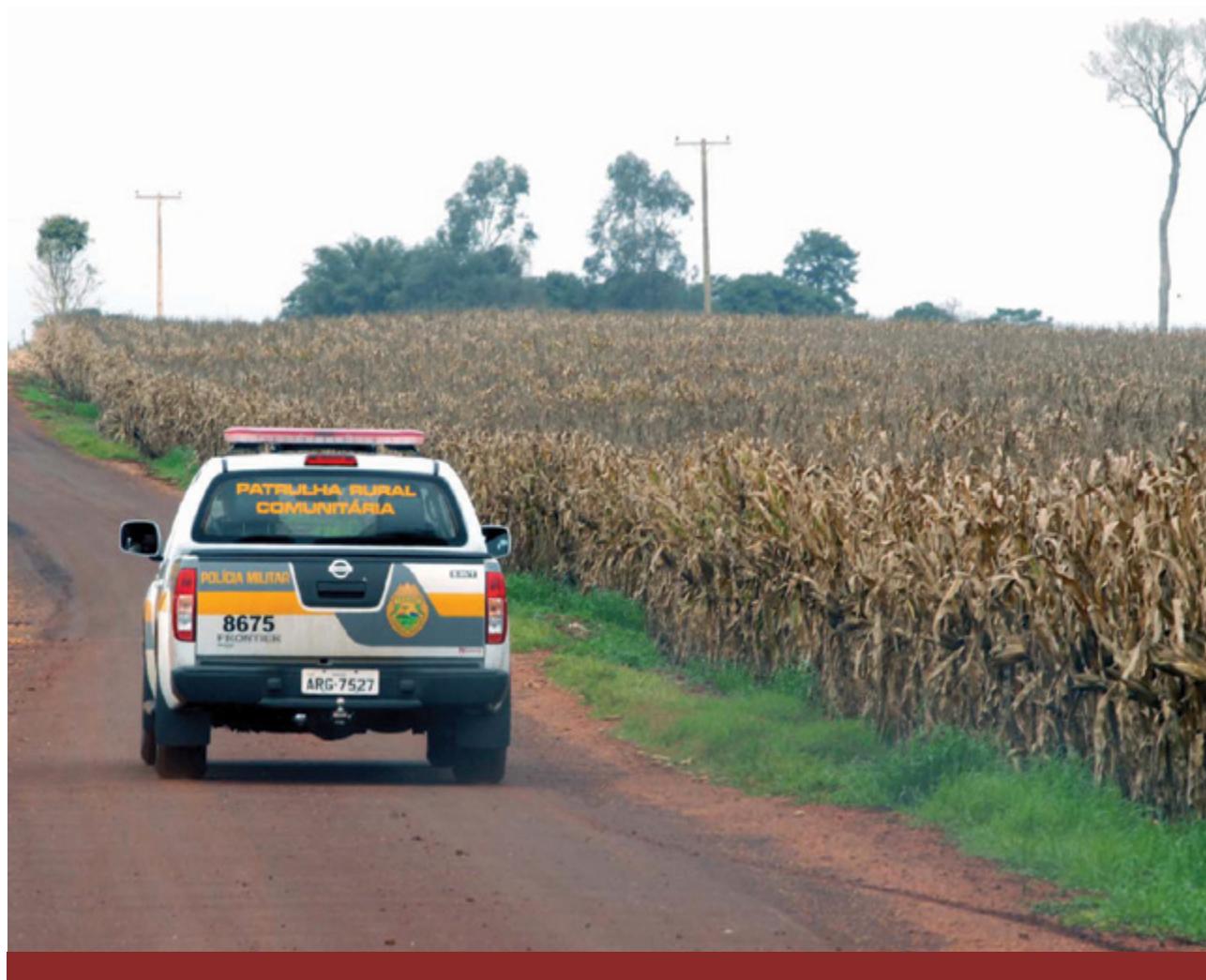
Neste campo, em breve, o SENAR-PR irá reforçar a grade de cursos. A proposta é inserir novas capacitações focadas em automação, biosegurança e intensificação. Atualmente, na área de piscicultura, a entidade oferta o curso de Sistema de Cultivo. “O produtor assume grande parte do operacional da atividade e precisa estar preparado. O curso Sistema de Cultivo tem muita coisa atual, como princípios do monitoramento da qualidade da água e sanidade dos peixes. Mas, em breve, vamos ofertar mais capacitações”, diz Alexandre Lobo Blanco, técnico do SENAR.

Desde 2007, quando foi criado, o curso de Sistema de Cultivo, com 16 horas, já capacitou cerca de 6,2 mil produtores, em todas as regiões do Estado, em 543 turmas.



Irati se mobiliza por mais segurança

Nos últimos anos, criminalidade aumentou na região



Nos últimos dois anos, houve um aumento expressivo de roubos de animais, ferramentas, equipamentos agrícolas, insumos e até de cargas de tabaco na região de Irati (Sudeste paranaense). Preocupada com a situação, a direção do Sindicato Rural do município organizou, no dia 3 de agosto, uma reunião com produtores e representantes da Polícia Militar (PM) e da Guarda Municipal. O prefeito Jorge Derbli também participou do encontro no qual foram discutidas medidas para conter o aumento da violência e da criminalidade na região.

“Começou a se agravar a violência. Tivemos relatos de

invasão de propriedades e assaltos. Alguns produtores estão saindo da área rural por medo”, afirma Mesaque Kecot Veres, presidente do sindicato.

Na reunião, foram distribuídas Cartilhas de Segurança Rural, elaboradas pela PM e produzidas pela FAEP, com orientações para os produtores precaverem-se de possíveis crimes. Também foi decidido que haverá um pleito junto ao governo do Estado para a volta da Patrulha Rural, que foi desativada no município. “Foi um momento de cobrar ações. Precisamos de uma resposta rápida. Temos que proteger a nossa gente”, disse Veres.

Porteira

A violência já chegou à porteira do produtor Lucas Hinça. Recentemente, ele conta que foi acordado com um barulho suspeito e levantou a tempo de impedir o roubo de novilhas na sua propriedade. “Essa foi só um susto, mas aqui perto a situação está perigosa”, diz. Hinça lembra que a 500 metros da sua casa bandidos armaram uma emboscada. “Era umas 10 horas da manhã. Eles [assaltantes] fecharam a estrada com pedras. Meu vizinho percebeu e tocou reto, não parou. Nisso saíram dois do mato e atiraram no carro dele”, conta. Em outro episódio, o tio do produtor foi rendido dentro de casa, amarrado com a família enquanto os bandidos “limpavam” a residência. “Levaram caminhonete. Ainda ameaçaram cortar os pulsos da minha tia se ela não contasse onde estava o dinheiro”, afirma Hinça.

Segundo o presidente do Sindicato Rural de Irati, os moradores da cidade estão pleiteando mais segurança. “Precisamos de ações individuais, que são os cuidados dos moradores; ações de polícia, que são as rondas; e ações de Estado, que são dar condições e recursos para a polícia fazer as rondas”, resume.

Ocorrências

Na reunião, o tenente da PM Moisés Hadalton Silva apresentou um comparativo entre furtos e roubos ocorridos na área rural de Irati, no primeiro semestre de 2016 e no mesmo período de 2017. Segundo ele, foram 14 furtos e sete roubos no primeiro semestre do ano passado, enquanto que neste ano foram 16 furtos e 15 roubos. “Lembrando que esses índices

“Precisamos de ações individuais, que são os cuidados dos moradores; ações de polícia, que são as rondas; e ações de Estado, que são dar condições e recursos para a polícia fazer as rondas”

Mesaque Kecot Veres,
presidente do Sindicato Rural de Irati



Reunião no Sindicato Rural de Irati debateu soluções para falta de segurança no campo

são formados a partir dos boletins de ocorrência, então é importante que as vítimas registrem esses crimes”, orientou. “Precisamos de estatísticas mais precisas para melhor aplicar o efetivo e conhecer melhor a demanda da área rural em segurança”, destaca o tenente.

De acordo com o presidente do Sindicato de Irati, também vem crescendo o roubo de cargas de fumo. “Os bandidos esperam que a carga esteja pronta, com as folhas secas, embonecadas e enfardadas, para roubá-las. É preciso ver quem está comprando essas cargas também”, afirma Veres.

Dentre as sugestões discutidas na reunião está a criação de grupos de WhatsApp (aplicativo de mensagens de celular) entre vizinhos para alertar sobre situações suspeitas. Esse modelo já deu certo em outras cidades, que envolveram a comunidade na busca por mais segurança.

Exemplo de Rondon

Quando a comunidade, o setor produtivo e o poder público se organizam em favor da segurança os resultados aparecem. Em janeiro deste ano, o Sindicato Rural de Rondon (Noroeste do Paraná) também promoveu uma reunião para discutir medidas para combater a crescente criminalidade na região.

Na ocasião, foi proposta a criação de uma Guarda Municipal, de um conselho de segurança no município, além da instalação de um sistema de monitoramento por câmeras em pontos estratégicos das áreas urbana e rural. Também começou naquele momento um grupo de WhatsApp entre os moradores.

Passados sete meses, a insegurança diminuiu. “A situação melhorou, até porque a comunidade se envolveu muito nesse processo”, observa o presidente do Sindicato Rural

de Rondon, Irimal Basso. Segundo ele, hoje tanto a Polícia Militar quanto os produtores rurais estão mais atentos. “A polícia agora realiza mais rondas à noite e recebe informações dos grupos de WhatsApp dos moradores”, conta.

No dia 3 de agosto, o sindicato realizou a solenidade de posse e entrega da carta constitutiva da diretoria do Conselho de Segurança (Conseg) de Rondon. No evento foi apresentado o projeto de monitoramento eletrônico ao coronel da PM Nerino Mariano de Brito (Coordenador Estadual dos Consegs). “Agora estamos atrás de recursos para este sistema”, diz Basso.

O pleito da criação Guarda Municipal ainda não foi atendido, mas a sensação é de que a segurança melhorou no município. “O pessoal está mais consciente”, avalia o dirigente rural.

15 Roubos

e 16 furtos foram registrados no primeiro semestre deste ano na região. No mesmo período de 2016, foram 14 furtos e sete roubos.



Em Rondon, ações conseguiram diminuir os crimes na zona rural

Cadecs começam a mudar avicultura na Lapa

Implantação das comissões de frango de corte e matriz/recria no município abriu um canal entre produtores e indústria, antes inexistente



Nos últimos dois meses, a avicultura da Lapa e região tem sofrido uma transformação. Desde a implantação das Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadecs) de corte e matriz/recria, os cerca de 300 avicultores, somando os envolvidos com as duas etapas, estão presenciando mudanças significativas na forma de negociação entre o setor produtivo e a indústria JBS, instalada no município.

As duas Cadecs, constituídas com assessorias técnica e jurídica da FAEP e auxílio administrativo do Sindicato Rural da Lapa, atendem a chamada Lei de Integração – n.º 13.288/2016 –, aprovada pelo governo federal no ano passado. A legislação exige a formação de comissões paritárias, com o mesmo número de representantes do setor produtivo e das empresas, com regimento interno próprio, que define, entre outras coisas, a periodicidade das reuniões.

Na Lapa, as Cadecs, mesmo com pouco tempo de existência, já permitem que a relação comercial entre as partes seja mais aberta e transparente, principalmente na troca de informações. “Hoje, eles [indústria] estão respeitando os produtores. Antes, nós não éramos recebidos. Eles determinavam o preço e ponto”, relembra Adyr Krauchuk, avi-

cultor e coordenador da Cadec de matriz/recria na Lapa. “Agora, nos reunimos para traçar as dificuldades dos produtores, que são quase sempre as mesmas, e vamos de forma planejada e direcionada para as reuniões com a indústria”, complementa.

As reuniões entre os avicultores que antecedem aos encontros da Cadec de matriz/recria acontecem a cada 15 dias, com a presença de boa parte dos 23 produtores envolvidos com a atividade. “Ficamos muito tempo sem canal de comunicação [com a indústria] e estamos bastante defasados. A cada reunião surgem muitas pautas”, diz Krauchuk.

Na Cadec de corte a situação é bastante similar. A criação da comissão abriu um canal entre os dois elos da cadeia. “Antes também não éramos atendidos.

Agora somos muito bem recebidos pela empresa e esse canal está intermediando a relação”, conta João Miguel Ritzmann, produtor e coordenador da Cadec.

Apesar do curto prazo, os produtores envolvidos com o frango de corte já contabilizam uma conquista. “Conseguimos uma alteração no acerto e estamos recebendo R\$ 0,10 a mais pelo quilo do frango. E já está em negociação um novo reajuste”, comemora Ritzmann. As reuniões dos produtores envolvidos com a Cadec de corte acontecem mensalmente, com presença de boa parte dos 284 produtores.

Paraná

No Estado, das 30 unidades industriais de frango, nove já contam com comissões implantadas. Paranavá, Rolândia, Jacarezinho, Toledo, Dois Vizinhos, Carambé e Lapa, ambos com corte e matriz/recria. Outras cinco Cadecs estão em processo de implantação: Cianorte, Francisco Beltrão, Joaquim Távora e Maringá (corte e matriz/recria).

O Paraná ainda contabiliza outras sete unidades gerenciadas por cooperativas. Porém, a lei não se aplica a essa modalidade.

Em busca de mais conhecimento para produzir leite

Feira em Castro promoveu intercâmbio de experiências sobre o que há de mais avançado na pecuária leiteira

Por Antonio Senkovski



O estímulo para a busca de conhecimento para que a pecuária de leite se desenvolva cada vez mais marcou a edição deste ano da Agroleite, em Castro (Campos Gerais). O fio condutor de toda a programação, que conta também com seminários, palestras, julgamentos de bovinos e ovinos, foi “Tempos modernos”. “Este é um evento de intercooperação. No nosso negócio, um elo sozinho não é ninguém. Organizamos esse espaço para que todos possam compartilhar e somar de modo a nos tornarmos cada vez mais competitivos na cadeia global”, enfatiza Frans Borg, presidente da Castrolanda, organizadora da feira.

Para Borg, a qualificação e busca pela excelência são diferenciais entre os produtores de Castro e isso ajuda a entender o motivo de o município ter se consolidado como

líder nacional de produção de leite no Brasil. “Temos que nos profissionalizar cada vez mais e percebo que isso vem acontecendo ao longo dos anos. No dia a dia, nem sempre todo produtor tem acesso ao que há de mais avançado no nosso negócio. Mas em momentos de troca como esse, ele consegue ter uma visão para onde a cadeia está indo”, diz.

O evento, que ocorreu de 15 e 19 de agosto, no Parque de Exposições Dario Macido, é uma das principais vitrines das inovações em relação à produção leiteira no mundo. Empresas de maquinários, implementos, nutrição, saúde animal, genética, tecnologia, entre outros, participam da feira e, a cada ano, consolidam o espaço também como um importante momento de negócios e oportunidades aos pecuaristas de leite.

O secretário estadual da Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, afirmou durante a abertura da feira que no leite é preciso pensar diariamente no futuro da atividade e se preparar para ele. “Tem gente bastante descontente com preço, mas o que temos que fazer é perseguir uma boa gestão. Sabemos da organização e do zelo dos produtores no dia a dia e temos um futuro muito promissor à atividade no Paraná”, reforçou.

Vacinação

Ortigara também falou sobre o fim da vacinação contra a febre aftosa no Estado. “Nós decidimos em reunião com todas as cadeias de produção de proteína animal e vamos suspender a vacinação da aftosa no Paraná no ano que vem. Encaminharemos junto com a Emater essa questão e faremos um esforço para oferecer o ombro técnico amigo para dar suporte ao produtor no que for necessário nesse momento tão importante para avançarmos em novos mercados e chegarmos a uma agropecuária ainda mais forte”, prometeu.

José Roberto Ricken, presidente da Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), também participou da feira e salientou a importância da cadeia do leite no Paraná e para as cooperativas, que ajudam os produtores rurais a negociar seus produtos de forma mais efetiva. “O cooperativismo no Paraná segue em crescimento, com investimentos e nossa visão é organizar para conquistar renda e melhor qualidade de vida. E uma das formas para isso é por meio do leite”, apontou.

Dealmar Hochstein, produtor de leite em Cafelândia, no Oeste do Paraná, foi a Castro para conferir de perto as novidades na produção de leite. O pecuarista tem 86 vacas em lactação, com uma produção média de 31 litros por dia por animal. Mas esse número deve aumentar nos próximos meses, conforme a previsão do pecuarista. Ele é integrado da Cooperativa Coopacol, em um sistema idêntico ao que acontece com o sistema de integração de frangos e suínos. As novilhas que ele tem recebido recentemente, com a genética desenvolvida na região de Castro, produzem acima dos 50 litros por dia. “Vim aqui para conferir de perto o que tem e que pode ser útil para nosso cotidiano, sempre precisa de investimento em maquinários, implementos e outras ferramentas do dia a dia”, relata.

Números

Na edição 2017, 180 empresas expuseram seus produtos e serviços no evento. Além disso, no concurso de animais foram inscritos 433 bovinos, sendo 227 da Raça Holandesa Preta e Branca, 74 da Raça Holandesa Vermelha e Branca e 132 da Raça Jersey, trazidos por 61 expositores. As vacas ficaram em um pavilhão especial para exposição. Entre as atrações houve ainda o julgamento de animais. O grande destaque foi a escolha da Vaca do Futuro e da grande Campeã Suprema do Agroleite.



Estande do Sistema FAEP/SENAR-PR



Frans Borg: compartilhar para tornar a cadeia mais competitiva



Dealmar Hochstein visitou a feira para conhecer novidades na produção de leite

Novo corredor de transporte

Lideranças rurais pedem a duplicação da BR-376 no trecho ente Paranavaí (PR) a Taquarussu (MS) para facilitar o escoamento da safra de grãos



Governo prometeu apoiar duplicação da BR-376

Antiga reivindicação da população do Noroeste do Paraná, a duplicação do trecho da BR-376 entre Paranavaí (PR) e Taquarussu (MS) foi debatida durante uma audiência com o governador Beto Richa, no dia 14 de agosto, que trouxe à capital paranaense prefeitos e lideranças da região. Segundo o presidente do Sindicato Rural de Paranavaí e vice-presidente da FAEP, Ivo Pierin Júnior, que na ocasião representou a Federação, desde 2012 a comunidade vem pedindo a duplicação da via. O objetivo é criar um novo corredor de transporte, para tornar mais ágil o escoamento da safra de grãos dos dois estados. A obra encurtaria em até 150 quilômetros o caminho até o Porto de Paranaguá, que hoje é feito via Maringá.

O projeto tem como base um estudo da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), que prevê a duplicação de 95 km da BR-376, a recuperação de 30 km de pista simples e a construção de uma ponte sobre o Rio Paraná, no município de Porto de São José. O investimento total, contando a obra e o projeto executivo, seria da ordem de R\$ 850 milhões. Segundo o governador Beto Richa, a obra

“tem interesse estratégico para o Paraná”.

De acordo com Pierin, o trecho em questão seria concedido à iniciativa privada para realização das melhorias pretendidas. “Estamos buscando o entendimento com o governo federal, ministérios e o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (Dnit) para transformar os trechos estadualizados das rodovias em BRs”, explica Pierin, referindo-se a trechos da PR-577 e da MS-473, que precisariam ser federalizados para serem concedidos à iniciativa privada. Dessa forma, a obra deve ser executada após

2021, quando termina o contrato de concessão dos trechos federais à empresa Viapar.

O diálogo para unir as entidades interessadas em torno desse projeto começou há alguns anos, mas avançou bastante no primeiro semestre de 2017. Em março, lideranças do Paraná, incluindo dirigentes do Sindicato Rural de Paranavaí, reuniram-se com diretores da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (Famasul) para discutir ações integradas para a realização do projeto.

Em julho, as lideranças paranaenses estiveram em Campo Grande (MS), onde apresentaram o projeto de duplicação para o governador, Reinaldo Azambuja, que apoiou a iniciativa, comprometendo-se a debater a concessão no Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul).

Como poderá agilizar o escoamento da produção agrícola dos dois estados, o projeto já é conhecido como “Rodovia do Agronegócio”. Segundo Pierin, além de trazer benefícios para a logística agrícola, a obra também poderá favorecer o turismo regional, principalmente aquele que ocorre às margens do Rio Paraná.

Shopping em Curitiba recebe exposição sobre realidade rural

Mostra “Uma janela para o futuro do Brasil – ação de realidade aumentada” faz parte das comemorações dos 25 anos do SENAR

Levar a realidade do campo para os grandes centros. Propiciar à população urbana conhecer vacas, porcos, aves e plantações, mesmo que de forma virtual, é o objetivo da exposição “Uma janela para o futuro do Brasil – ação de realidade aumentada”, que poderá ser vista no Shopping Palladium, em Curitiba, de 23 a 28 de agosto. A mostra faz parte das comemorações dos 25 anos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

O público poderá enxergar em uma grande tela, com tecnologia de realidade virtual, a sua própria imagem caminhando em uma paisagem diferente. Em vez do piso do shopping, a mostra leva a pessoa a passear por grandes árvores e animais. O público pode simular contato com bichos e plantas, tirar fotos e interagir livremente. O evento comprova que o setor primário, como agricultura e pecuária, tem a tecnologia presente em seu dia a dia.

A exposição tem percorrido o país e já passou por Manaus (AM), Fortaleza (CE), Salvador (BA), Brasília (DF) e Porto Alegre (RS). O evento contribui para divulgar o trabalho de formação profissional rural realizado pelo SENAR no país.

A atividade é gratuita e está disponível no horário de funcionamento do shopping.



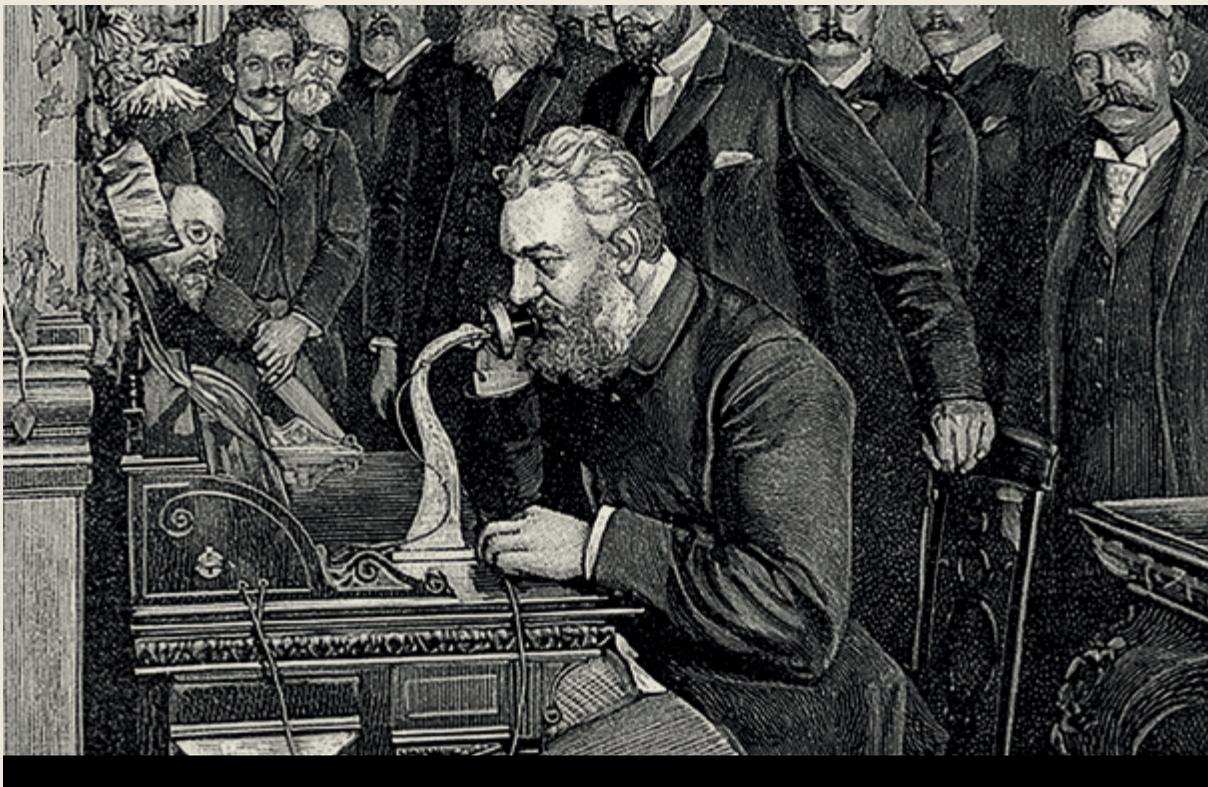
Visitantes interagem com realidade aumentada



Crianças e adultos se divertem com tecnologia virtual

Pelo telefone

Invento de Graham Bell revolucionou a comunicação mundial e teve a participação do imperador Dom Pedro II em sua primeira exibição pública, em 1876



“Meu Deus, isto fala.” Esta foi a reação de Dom Pedro II (1825-1891) ao participar, em 1876, da apresentação de um invento que mudaria a história da comunicação: o telefone. O imperador brasileiro, um entusiasta da tecnologia, foi aos Estados Unidos

acompanhar a Exposição Centenária, na Filadélfia, que fazia parte dos festejos dos 100 anos de independência norte-americana. Durante o evento, o escocês Alexander Graham Bell (1847-1922) exibiu seu invento em público. Bell convidou Dom Pedro II

para participar da demonstração. O inventor ficou a 150 metros de distância do imperador e teria dito a célebre frase de Hamlet, de William Shakespeare: “To be or not to be” (“Ser ou não ser”). Surpreso, o imperador disse a frase que abre este texto.

Se hoje qualquer pessoa usa um telefone celular para se comunicar, no século XIX o ato era um sonho para visionários. Um encontro em uma oficina, em Boston (EUA), possibilitou a criação do aparelho telefônico. Na década de 1870, Bell foi a empresa de Charles Williams, especializada em aperfeiçoamento de aparelhos elétricos, em busca de tecnologia para dar suporte ao seu telégrafo harmônico, aparelho que poderia transmitir em código Morse de seis a oito mensagens simultâneas. Na oficina, Bell conheceu Tomas Augustus Watson (1854-1934).

Os dois começaram a trabalhar juntos e em um dos encontros Bell teria dito a Watson: “se eu pudesse fazer com que uma corrente elétrica variasse de intensidade da mesma forma que o ar varia ao se emitir um som, eu poderia transmitir

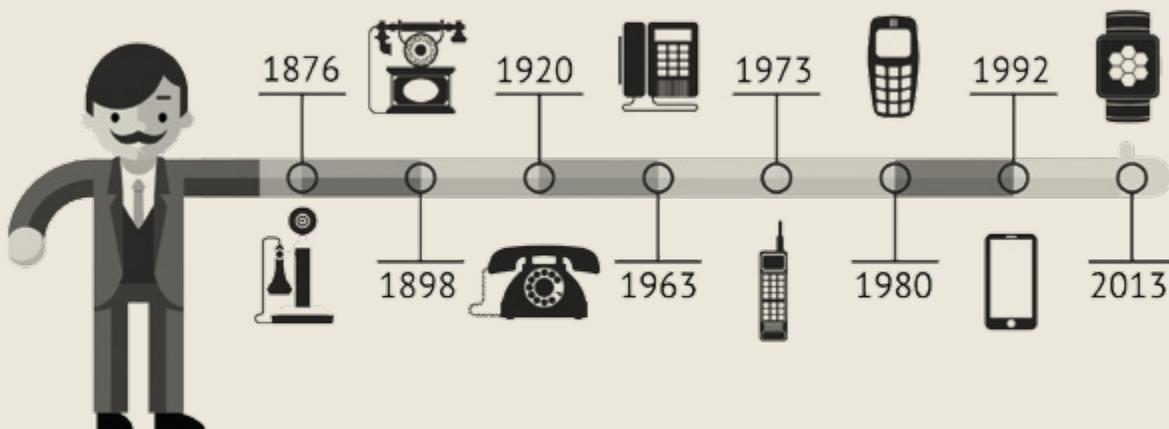
a palavra telegraficamente”. Para historiadores, esta foi a chave para a criação do telefone.

Após inúmeras tentativas, em 1876 Graham Bell conseguiu tornar realidade o seu sonho. A primeira transmissão elétrica de voz ocorreu quando Bell ligou dois cômodos e falou ao colega: “Senhor Watson, preciso do senhor, venha”. Bell patenteou a invenção e a apresentou na Feira da Filadélfia. Em 1973, a Motorola apresentou ao mundo o primeiro aparelho de telefonia móvel.



Imperador Dom Pedro II

A evolução do telefone



Campo desconectado

Pesquisa sobre o uso da internet no meio rural revela que o produtor brasileiro tem dificuldade em acessar a rede

Por André Amorim



A internet trouxe uma série de avanços para facilitar as atividades agropecuárias. Desde aplicativos que reconhecem as principais pragas da lavoura até a possibilidade de vender sua produção por meio de uma loja virtual. Tudo depende da existência e da qualidade do sinal para conexão. Quem não desejaria ter as cotações dos principais grãos em tempo real no celular, ou contatar imediatamente fornecedores e compradores ao toque de um botão?

Infelizmente, a realidade que encontramos no Brasil, quando nos distanciamos dos grandes centros urbanos, é um serviço incapaz de suprir as demandas de comunicação da população do campo.

Para entender melhor quais são as necessidades e identificar qual o grau de acesso à internet da população rural brasileira, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) realizou, entre março e abril deste ano, uma pesquisa que mapeou os hábitos de 4.467 produtores de todo o país.

Os resultados levantados pela pesquisa “Tecnologia da Informação no Agronegócio” apontam para necessidade de melhorar os serviços de comunicação no país. Na hora

de dar uma “nota” (entre zero e dez) para o serviço de conexão via celular, nenhum Estado obteve média maior que 6,5. Se fosse um aluno fazendo uma prova, a internet brasileira estaria reprovada no meio rural.

De acordo com a pesquisa, 93,1% dos produtores do Paraná utilizam telefone celular. O Estado tem a quinta pior média do país. O primeiro colocado é o Rio Grande do Sul, com 98,5%. Quando questionados sobre o uso do aparelho, 17,5% dos entrevistados responderam que usam para questões pessoais, enquanto 10,7% usam o celular para temas relacionados a negócios rurais. 71,9% utilizam os aparelhos para ambas atividades.

No que se refere aos locais de uso de computadores pessoais, 48% dos produtores paranaenses acessam a internet na residência, 13,5% acessam em postos gratuitos com sinal de WiFi aberto e 10,5% em outros lugares, como casa de amigos, parentes e sindicatos rurais.

Quando perguntados por que não utilizam a conexão 3G/4G para tratar de negócios, 44,1% alegam que não há provedor de internet na região, ou, quando existe, o sinal é ruim. Essa informação é facilmente confirmada,

Com qual finalidade os produtores do Paraná utilizam a internet nos seus negócios rurais?

Acesso a serviços financeiros	Acesso a serviços do governo	Uso do e-mail	Pesquisas de preço / fornecedores	Fórum/ comunidade virtual / web conferência	Divulgação da empresa via site	Compra de insumos ou mercadorias	Exposição de produtos da empresa	Outras finalidades
64,6%	56,3%	87,5%	87,5%	41,7%	35,4%	62,5%	39,6%	10,4%

Fonte: Pesquisa Tecnologia da Informação no Agronegócio – SEBRAE

basta se afastar um pouco da sede da propriedade para o produtor ficar incomunicável pelo celular. Sem sinal, o negócio perde agilidade e deixa de se beneficiar de uma série de ferramentas que poderiam tornar a atividade rural mais eficiente.

Prova disso é que quando questionados “Se você tivesse a disposição uma ferramenta digital que lhe ajudasse a gerenciar o seu negócio rural, você a usaria?”, 65% dos entrevistados declaram que utilizariam. Porém, o condicionante nesta situação é a existência de cobertura de internet no campo, o que não ocorre de forma satisfatória.

Segundo a pesquisa, o tipo mais comum de internet entre os produtores que utilizam esse serviço para negócios rurais é o sinal via rádio, utilizado por 39,6% dos entrevistados no Paraná. A banda larga móvel (3G e 4G) é utilizada por 20,8% e a banda larga por cabo (ADSL) por 16,7%. O uso de fibra ótica é de 8,3% e a internet via satélite, 4,2%.

Quando consegue internet de qualidade na sua atividade profissional, 87,5% dos produtores utilizam para acessar e-mails. O mesmo percentual também pesquisa preço de fornecedores, 64,6% acessa serviços financeiros e 62,5% compra insumos agrícolas e mercadorias.

Como se vê, é uma ferramenta valiosa de trabalho e não apenas de lazer. Para levar o acesso à internet para o campo, a FAEP vem, desde 2013, promovendo debates sobre as melhores formas de conectar os produtores paranaenses.

FAEP promove teste para avaliar melhor tecnologia de acesso

Para avaliar qual a melhor solução de internet para o homem do campo, a FAEP irá promover um teste para verificar a tecnologia de acesso mais adequada. A princípio participariam deste teste três empresas: uma que oferece internet via satélite, outra por fibra ótica e uma terceira na área de telefonia celular. Porém, a empresa Copel Telecom, que traria a opção de fibra ótica, decidiu não participar do processo, de modo que serão avaliados apenas dois tipos de serviço.

O teste deve ocorrer, em breve, em um município do interior do Estado, que foi escolhido por representar boa parte da realidade existente hoje no Paraná no que se refere ao acesso à internet. Na ocasião, a Federação irá disponibilizar uma equipe da área de Tecnologia da Informação para realizar o teste, comparando a velocidade de enviar e receber arquivos e a qualidade do sinal na área rural de um modo geral.

Segundo o engenheiro agrônomo Nilson Hanke Camargo, do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP, desde 2013 a Federação vem debatendo a busca por soluções para melhorar o acesso à rede mundial de computadores. “A FAEP nunca abandonou a ideia de levar a internet para o meio rural”, diz. Em um primeiro momento, foi contratada uma consultoria que fez um diagnóstico da situação paranaense e apontou algumas soluções. Segundo Camargo, nenhuma delas viável naquele momento.

Na sequência, foram iniciadas conversas com diversas empresas do setor de comunicação em busca de alternativas para os produtores utilizarem a internet no campo. Em maio deste ano, foi realizada na sede da FAEP, em Curitiba, uma reunião com representantes de operadoras de telefonia celular, empresas de telecomunicação e órgãos de governo para descobrir uma forma de atender o produtor. O resultado desta reunião foi o alinhamento para o teste que será realizado no segundo semestre deste ano. “A Anatel [Agência Nacional de Telecomunicações] também está acompanhando esse processo, o que der certo no Paraná poderá ser recomendado para o Brasil inteiro”, diz Camargo. “A operadora escolhida pelos testes a serem realizados terá que oferecer capacidade de enviar e receber arquivos com qualidade e preço compatível”, finaliza.

Novas soluções para passivos ambientais

Biodigestor produz gás a partir de restos de comida, grama e esgoto



A construção de biodigestores que dão uma destinação correta aos dejetos de animais e resíduos vegetais e ao mesmo tempo resultam em energia em propriedades rurais no Paraná já é uma realidade. São inúmeros os exemplos espalhados pelo Estado que inspiram produtores a investir nessa solução. Essa nova realidade inspira pesquisadores da CIBiogás, associação sem fins lucrativos que funciona dentro do Parque Tecnológico da Itaipu Binacional, em Foz do Iguaçu (região Oeste). A instituição, que tem parceria com a FAEP, desenvolveu uma unidade experimental de geração de biometano a partir de resíduos de poda de grama, restos de comida e esgoto. O protótipo já está em funcionamento e, de acordo com as expectativas

iniciais, tem potencial para ser usado em grandes cidades.

A ideia surgiu a partir da necessidade de encontrar destinação a 1,2 mil quilos de resíduos de grama, recolhidos diariamente nos 400 hectares de área verde mantidos pela Itaipu Binacional. Além disso, os restaurantes da usina produzem 600 quilos de restos de comida por dia. Esses dois ingredientes, misturados com mais 10 mil litros de esgoto, formam a biomassa, que é usada na produção de gás. Em um biodigestor, essa solução produz 9 mil metros cúbicos de biometano por mês, suficiente para abastecer 120 carros e proporcionar uma economia de R\$ 40 mil mensais em combustíveis.

Rodrigo Régis de Almeida Galvão, diretor-presidente da

CIBiogás, conta que o passo inicial para pensar em aproveitar esse material foi o fato de os projetos de biodigestores com dejetos de animais terem comprovado sua viabilidade. “No início, provamos que conseguimos gerar biogás com resíduos da agropecuária. Agora, estamos mostrando que o biogás pode ser usado em iniciativas com prefeituras, utilizando resto de comida de escolas, de residências e da indústria. Demonstramos a aplicabilidade dessa tecnologia e já pensamos como podemos apresentar um plano de sustentabilidade a municípios”, projeta.

Inspiração

Galvão destaca que o fato de mostrar que esses projetos dão certo é um passo primordial para sensibilizar as pessoas da importância de aproveitar cada vez mais o biogás. Nesse processo, ele destaca as viagens técnicas organizadas pela FAEP para proporcionar a produtores e técnicos o contato com projetos de geração de biogás na Europa. “Eu espero muito que com essas ações, como as promovidas pela Itaipu e pela FAEP, que a gente consiga criar uma cultura no agronegócio brasileiro de considerar energia como um produto a mais que podemos gerar, que vai trazer inúmeros benefícios e aumentar a nossa competitividade”, afirma.



Energia renovável é caminho sem volta

A geração de energia renovável no Paraná, incluindo o modelo de uso dejetos de animais para a produção de biogás, tem um grande caminho pela frente. É o que Juliano Machado, engenheiro elétrico e especialista no tema concluiu durante uma apresentação realizada na sede da FAEP, em Curitiba, no dia 11 de agosto. Participaram desse encontro técnicos da FAEP e do SENAR-PR.

Na palestra, Machado apresentou os resultados do seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), “Geração distribuída a partir da biomassa no Paraná: entraves para conexão à rede distribuída”. O trabalho foi feito como requisito de uma especialização cursada pelo engenheiro na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Entre as constatações do levantamento está o fato de que as maiores dificuldades para a implementação das plantas de biogás por agropecuaristas não são necessariamente técnicas.

Conforme o pesquisador, alguns dos maiores entraves ainda estão em aspectos de instabilidade regulatória (leis e normas), limitação das redes das concessionárias, falta de integração e consolidação da geração distribuída no Brasil e potencial subaproveitado de materiais. Mas, segundo

ele, esse cenário tem uma tendência de se transformar nos próximos anos. “O modelo de geração distribuída, que leva os pontos de geração mais próximo das cargas, é uma tendência irrefreável”, sinaliza Machado.

Muitas vezes, de acordo com o engenheiro, o produtor rural quer investir em projetos que dão a destinação correta a dejetos animais, gerar energia para a propriedade e vender o excedente. “Quando ele tem contato com todas as normas e exigências a serem cumpridas em questões como segurança na rede, qualidade de energia, tributos, tarifas e investimentos, em um primeiro momento isso é um freio. Mas vemos exemplos em funcionamento que nos mostram que é possível”, cita.

Viagens técnicas

Durante o encontro, a engenheira agrônoma da FAEP, Geisa Costa, falou sobre as viagens técnicas organizadas pela FAEP no primeiro semestre, que tem como foco experiências em bioenergia na Europa. “Nossa intenção ao escolher a Europa, mais especificamente Áustria, Alemanha e Itália, como local para realizar esse trabalho é que o continente incentiva de forma intensa essa matriz energética e serve de exemplo para que o nosso Estado possa seguir o mesmo caminho de sucesso”, diz.

Proteção desequilibrada

FAEP solicita remanejamento de R\$ 20 milhões para subvenção ao prêmio do seguro agrícola do trigo. Recursos destinados à proteção do cereal vêm encolhendo ano a ano



A FAEP encaminhou, no dia 11 de agosto, ofício solicitando a destinação de R\$ 20 milhões para subvenção ao prêmio do seguro agrícola do trigo. O Paraná é o maior produtor nacional do cereal. Este ano, os produtores do Estado enfrentaram uma estiagem prolongada nas lavouras, agravadas pelas geadas que atingiram a cultura no início da temporada. Apesar disso, os recursos destinados ao seguro rural vêm encolhendo ano a ano. O documento foi enviado ao Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR), à bancada paranaense no Congresso Nacional e aos membros da Frente Parlamentar da Agropecuária.

Em 2017, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), estabelecido pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), orçou para o primeiro semestre R\$ 80 milhões para milho de segunda safra, trigo, aveia, canola, cevada, centeio, sorgo e triticale. Além de R\$ 10 milhões para outras atividades, como café, cana-de-açúcar, olerícolas, pecuária, florestas e aquícola.

Ainda utilizando o orçamento do ano anterior, foi disponibilizado em novembro de 2016 o valor de R\$ 23 milhões para o milho 2ª safra plantado em 2017, o que elevou para R\$ 103

milhões para o cereal e culturas de inverno neste ano, representando 24,3% do total (R\$ 423 milhões), indicando uma concentração para o seguro de culturas de verão no segundo semestre, no qual o risco climático é muito menor.

Os R\$ 103 milhões de subvenção são menores que o orçamento previsto ano passado, de R\$ 158 milhões, conforme a Resolução n.º 47, de 3 de março de 2016, do Mapa. Em 2017 houve uma concentração de subvenção de seguro para o milho de segunda safra, tendo em vista que a cultura é plantada em período anterior às culturas de inverno.

Subvenção

Além disso, a Resolução n.º 46, de 3 de março de 2016, do Mapa, estabeleceu nova regra prevendo a redução da subvenção ao prêmio do seguro de trigo ao produtor, de 70% para 55% em 2016 e para o ano de 2017, conforme a regra das demais culturas de grãos, com porcentual de 35%, 40% ou 45%, dependendo da faixa de cobertura do seguro.

“Essas medidas desestimulam o produtor a continuar apostando na cultura, fazendo com que a área destinada ao trigo encolha ano após ano no Estado”, afirma Ágide Menequette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Outro ponto crítico é o planejamento dos recursos do PSR. Em 2016 foram contempladas 7.937 apólices de seguro rural de trigo e apenas 2.983 apólices aprovadas até 10 de agosto no acumulado de 2017, ou seja, pelo menos 5 mil produtores estão sem apoio este ano.

Culturas de verão

No ano passado foram liberados R\$ 42 milhões em subvenção ao prêmio do seguro rural do trigo. Neste ano, apenas R\$ 15,4 milhões foram liberados, ou seja, 63% dos recursos de subvenção destinados ao trigo foram cortados com a nova política de distribuição de recursos do PSR, sendo que há ainda R\$ 310 milhões previstos para as culturas de verão e demais atividades no segundo semestre, dos quais R\$ 100 milhões foram liberados pelo Ministério do Planejamento no início de agosto.

O seguro de trigo, que tem um risco maior que as demais atividades, recebe atualmente apoio menor em relação aos anos anteriores, o que levará a inviabilidade de sua contratação pelo produtor, que sozinho não consegue arcar com o prêmio médio bruto sem subvenção, próximo de 14% da Importância Segurada.

Mandioca: escoamento rápido para evitar o escurecimento

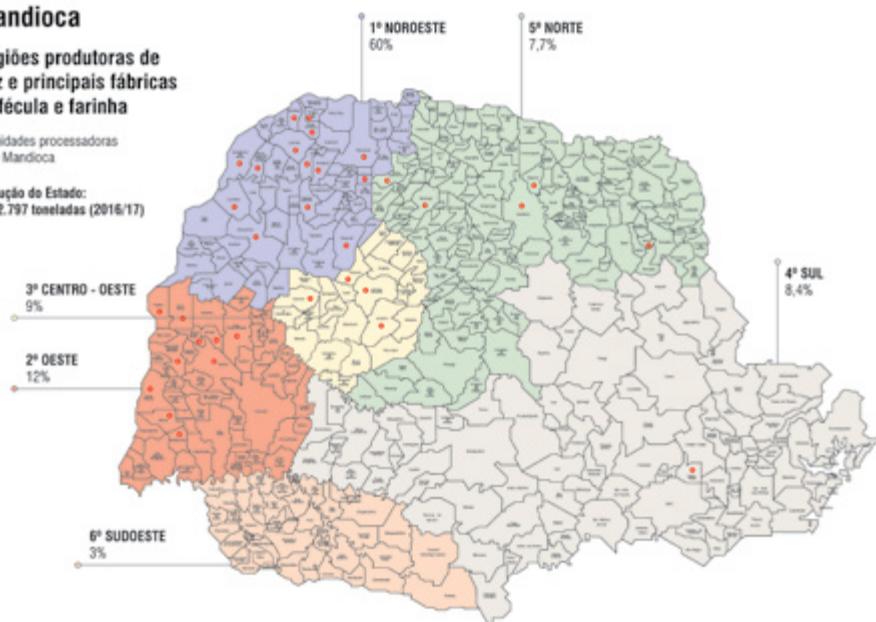
Indústrias transformadoras da raiz estão localizadas próximas às principais regiões produtoras do Estado

Mandioca

Regiões produtoras de raiz e principais fábricas de fécula e farinha

● Unidades processadoras de Mandioca

Produção do Estado: 2.762.797 toneladas (2016/17)



O processo de escurecimento enzimático, que provoca a deterioração do produto, define o ritmo de escoamento da mandioca no Paraná. Para evitar transtornos e perdas, a raiz é comercializada praticamente de forma simultânea com a colheita, que ocorre a partir de oito meses até 24 meses (1º ou 2º ciclo), em função de cultivar, preço, necessidade de caixa, clima, entre outros aspectos. O período mais intenso de comercialização ocorre entre abril e agosto.

Para tornar a logística do produto eficiente, as indústrias (fecularias e farinheiras) estão localizadas próximas às principais regiões produtoras do Estado. O Noroeste responde por 60% da produção estadual, sendo Paranavá a principal microrregião de cultivo. Na segunda colocação do ranking está o Oeste, com 12% da produção.

De acordo com estimativa do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), 72% da produção es-

tadual são consumidas pelas indústrias, enquanto o restante é destinado ao consumo in natura. Do que vai para indústria, 80% são transformados em farinha, e o restante na forma de derivados como fécula, amidos modificados e tapioca. Posteriormente, a farinha segue para as regiões Nordeste e Sudeste do país. Já a fécula abastece indústrias alimentícias e empacotadoras, frigoríficos e atacadistas.

A exportação do produto é insignificante para a cadeia, pois representa menos de 1% da somatória dos derivados. Em 2016 não houve exportação de raiz pelo Paraná e a quantidade de derivados totalizou 32 mil toneladas.

Em 2015, última informação disponível, a mandioca (industrial e de mesa) representou 1% do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuário do Estado, ocupando o 17º lugar no ranking. O faturamento atingiu R\$ 875 milhões, conforme dados da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Seab)

Essas e outras informações do escoamento da mandioca no Paraná fazem parte do estudo “Potencial de Escoamento da Produção Agropecuária Paranaense”, desenvolvido pelo Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP. O documento traz dados sobre produção e escoamento das principais cadeias do agronegócio estadual: soja, avicultura, bovinocultura de leite, cana-de-açúcar, batata, fertilizantes, milho, trigo, feijão, suinocultura, bovinocultura de corte, cultivos florestais e trigo.

O estudo completo pode ser acessado no site do Sistema FAEP, no link Serviços.

Pecuária Moderna

O comitê do Programa Pecuária Moderna se reuniu, no dia 14 de agosto, na sede da FAEP, em Curitiba. No encontro foram apresentadas informações sobre a evolução e a finalização das turmas em Santa Tereza do Oeste (região Oeste) e Santo Antônio da Platina (Norte Pioneiro). Os alunos estão preparando projetos para as propriedades cadastradas no programa. Na reunião, também foram relatadas as visitas aos comitês regionais, ocorridas em julho. O programa Pecuária Moderna tem duas novas turmas. Em 17 de agosto teve início em Ibiporã (Norte Pioneiro). Em Ponta Grossa (Campos Gerais), o curso começa em 1.º de setembro.



Cafés especiais

A Feira Internacional de Cafés Especiais do Norte Pioneiro do Paraná (Ficafé) ocorrerá entre os dias 4 e 6 de outubro, em Jacarezinho. O evento é uma vitrine para o café produzido na região. A feira programou rodadas de negócios, exposição de máquinas e equipamentos para a cafeicultura, degustação de cafés especiais, workshops, palestras e relacionamentos dos membros dessa importante cadeia produtiva. Haverá ainda o 5º Concurso Sabores do Norte Pioneiro do Paraná. O encontro, que completa dez anos, tem o apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR. A programação completa pode ser conferida no site www.ficafe.com.br.

Cartilha sobre uso de agroquímicos no trigo

Os produtores de trigo têm uma nova ferramenta para tirar dúvidas sobre o uso correto de agroquímicos no cultivo do cereal. Uma cartilha com orientações está disponível no site da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (www.abitrigo.com.br). Lançada no dia 15 de agosto, a publicação traz os limites das substâncias aprovadas pela legislação brasileira até junho deste ano. A cartilha traz as informações de emprego de agrotóxicos por período de aplicação (trato cultural), identificando assim o que pode ser utilizado de acordo com a época do cultivo.



Capacitação sobre ITR

A FAEP organizou dois cursos de capacitação sobre o Imposto Territorial Rural (ITR) e Ato Declaratório Ambiental (ADA) em Curitiba. A primeira turma teve a participação de 16 funcionários de sindicatos rurais do Estado. O treinamento ocorreu nos dias 15 e 16 de agosto. A segunda turma reuniu 15 integrantes de instituições sindicais nos dias 17 e 18 de agosto. Os cursos serviram para preparar os participantes para atenderem às demandas dos proprietários rurais sobre como fazer a declaração do ITR. O prazo para entregar o documento vai até 29 de setembro. O não cumprimento da data gera multa de 1% do valor do imposto.

Os valores podem ser conferidos no site do Sistema FAEP/SENAR-PR, no link Serviços.

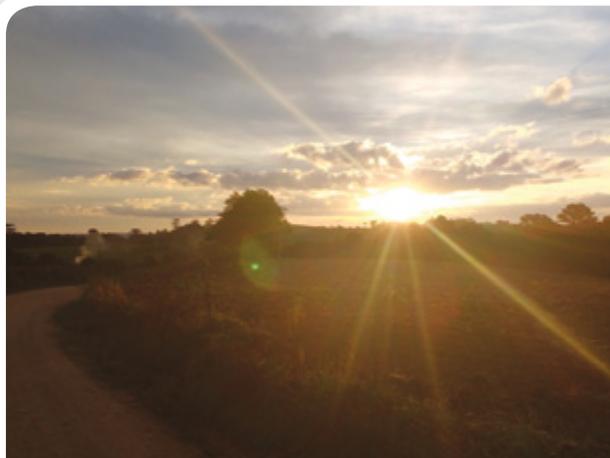


LEITOR EM FOCO

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.



loga canina - A leitora Sandra Aparecida Sokulski, da Colônia Cristina, em Araucária (Região Metropolitana de Curitiba), enviou a foto da cachorrinha dela, a Maggie. Sandra conta que ela gosta muito de se espreguiçar.

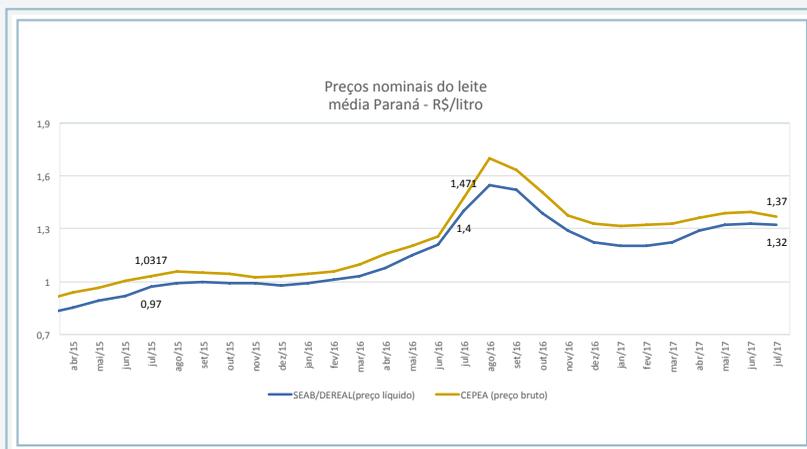


Pôr-do-sol - Já Valdir Aparecido da Cruz Moreira, de Contenda (RMC), encaminhou flagrantes do pôr-do-sol na cidade.

Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná / **CONSELEITE-PR**

RESOLUÇÃO Nº 8/2017

A diretoria do Conseleite-Paraná, reunida no dia 15 de agosto de 2017, na sede da FAEP, na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em agosto de 2017 e a projeção dos valores de referência para o mês de setembro de 2017, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes.



VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - JULHO/2017

Matéria-prima	Valor projetado em julho/2017 (leite entregue em julho a ser pago em agosto)	Valor final em julho/2017 (leite entregue em julho a ser pago em agosto)	Diferença (projetado-final)
Leite PADRÃO	1,0662	1,0449	-0,0213

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - JULHO/2017 E PROJETADOS AGOSTO/2017

Matéria-prima	Valor final em julho/2017 (leite entregue em julho a ser pago em agosto)	Valor projetado para agosto/2017 (leite entregue em agosto a ser pago em setembro)	Diferença (projetado-final)
Leite PADRÃO	1,0449	0,9964	-0,0485

Observações: Os valores de referência indicados nesta resolução para a matéria-prima leite denominada "Leite Padrão", se refere ao leite analisado que contém 3,50% de gordura, 3,10% de proteína, 400 mil células somáticas/ml e 300 mil ufc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de agosto de 2017 é de **R\$ 2,2976/litro.**

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.conseleitepr.com.br

Curitiba, 15 de agosto de 2017

RONEI VOLPI Presidente | **WILSON THIESEN** Vice - Presidente

PRODUTOR RURAL

Cuidar bem do solo e da água é proteger o nosso maior patrimônio e garantir o futuro.

Procure a EMATER e faça sua adesão até 29 de agosto de 2017.

www.prosolo.pr.gov.br



PROSOLO
PARANÁ

PROGRAMA INTEGRADO DE CONSERVAÇÃO DE SOLO E ÁGUA DO PARANÁ

PARCEIROS



PATROCINADOR





BANDEIRANTES

AGRICULTURA DE PRECISÃO

O Sindicato Rural de Bandeirantes promoveu, de 4 a 13 de julho, o curso Trabalhador na Agricultura de Precisão. Participaram 15 pessoas com o instrutor Carlos Eduardo Pinto Lima Graziano.



LONDRINA

PISCICULTURA

O Sindicato Rural de Londrina organizou, nos dias 27 e 28 de junho, o curso Trabalhador na Piscicultura – Sistemas de Cultivo. Participaram 16 pessoas com a instrutora Janete Maria de Oliveira Armstrong.



CIANORTE

DE OLHO NA QUALIDADE

O Sindicato Rural de Cianorte, em parceria com a Avenorte – Avícola Cianorte, organizou, de 5 de junho a 28 de julho, o curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris – De Olho na Qualidade. Participaram 20 pessoas com o instrutor Sergio Paulo de Oliveira.



NOVA LONDRINA

MULHER ATUAL

O Sindicato Rural de Nova Londrina realizou, em sua extensão de base em Itaúna do Sul, de 27 de abril a 4 de julho, o curso Mulher Atual. Participaram 21 pessoas com a instrutora Noremy Lattanzio.



PALOTINA

TRATORES AGRÍCOLAS

O Sindicato Rural de Palotina, em parceria com a Equagrill Equipamentos Agrícolas, promoveu, de 19 a 23 de junho, o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas – NR 31.12. Participaram seis pessoas com a instrutora Silvana de Fatima Ribeiro Olzewski.



SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

PECUÁRIA MODERNA

O Sindicato Rural de Santo Antônio da Platina realiza, até 1.º de setembro, o curso Técnicos do Programa Pecuária Moderna. Participam 21 técnicos entre veterinários, agrônomos e zootecnistas. O curso é composto por dez módulos e cada um é ministrado por um instrutor especialista em cada área.



RONDON

MANDIOCA

O Sindicato Rural de Rondon promoveu, nos dias 28 e 29 de junho, o curso Produção Artesanal de Alimentos – Beneficiamento e Transformação Caseira de Mandioca. Participaram 14 pessoas com o instrutor Frederico Leoneo Mahnic.



SERTANÓPOLIS

CLASSIFICAÇÃO DE GRÃOS

O Sindicato Rural de Sertanópolis organizou, de 10 a 13 de julho, o curso Trabalhador na Classificação de Produtos de Origem Vegetal – Classificação de Grãos (Soja, Milho, Trigo e Feijão). Participaram 12 pessoas com a instrutora Ivonete Teixeira Rasera.

VIA RÁPIDA

Elefante branco

A Coreia do Norte é um dos países mais fechados do mundo. Avesa a estrangeiros, a nação aparece nos noticiários por causa de ações tresloucadas de seu atual líder, o ditador Kim Jong-um. Mas há 30 anos, a história era diferente e a Coreia do Norte tentou atrair turistas para a sua capital, Pyongyang, e, assim, mostrar a “pujante” economia local. Para mostrar o seu “esplendor”, um hotel de 330 metros de altura e com 105 andares foi erguido. O Ryugyong custou US\$ 750 milhões e não foi acabado. O hotel, com sua cúpula pontiaguda e formato piramidal, nunca recebeu hóspedes. O plano do governo norte-coreano era atrair investidores ocidentais e, em 1987, anunciou que o local abrigaria cassinos, casas noturnas e salões japoneses. O fim da União Soviética nos anos 1990 abalou as finanças norte-coreanas e o enorme “elefante branco” virou uma marca do fracasso da economia do país. A reforma do Ryugyong é uma prioridade para Kim Jong-um, mas o hotel está longe de receber turistas.



DNA dos porcos

Cientistas anunciaram que conseguiram retirar das células de porcos um conjunto de vírus que poderia trazer riscos à saúde humana após um transplante. A pesquisa foi publicada na revista Science e pode ser o passo que faltava para o uso de órgãos suínos para transplantes em pacientes humanos. O grupo, formado por cientistas dos Estados Unidos, China e Dinamarca, conseguiu alterar o DNA dos porcos para isolar o retrovírus Pervs (sigla em inglês que significa retrovírus endógenos porcinos). O Pervs está “dormente” no DNA dos suínos, mas os cientistas temem que o contato com o organismo humano seja capaz de despertá-lo, fazendo com que infectassem as células da pessoa transplantada e gerassem a imunodeficiência – desligamento do sistema de defesa do corpo.

Poluição e o estresse

As cidades chinesas sofrem com a poluição atmosférica. Pesquisadores da Universidade Fudan decidiram investigar os efeitos do ar poluído no organismo das pessoas. A pesquisa mostra que a poluição faz com que os hormônios do estresse aumentem, e que a exposição a longo prazo está associada a doenças cardíacas, acidentes vasculares cerebrais, diabetes e a uma vida mais curta. Para o estudo, publicado em agosto no periódico Circulation, pesquisadores colocaram purificadores de ar no dormitório dos 55 alunos que participaram da medição. Foram detectadas moléculas marcadoras da exposição à poluição. Os níveis de hormônios do estresse aumentaram com o ar mais sujo.



Omelete gigante

Essa informação é para os fãs de ovos. Na Bélgica, existe a Fraternidade Mundial dos Cavaleiros da Omelete Gigante. No dia 15 de agosto, os integrantes da entidade prepararam uma omelete feita com 10 mil ovos, em uma rua de Malmédy. O evento é realizado há 22 anos e foi acompanhado por centenas de pessoas. A omelete gigante foi feita em uma frigideira de 4 metros de diâmetro e levou ervas e bacon.



“Saudade é não saber. Não saber o que fazer com os dias que ficaram mais compridos, não saber como encontrar tarefas que lhe cessem o pensamento, não saber como frear as lágrimas diante de uma música, não saber como vencer a dor de um silêncio que nada preenche.”

Martha Medeiros,
escritora brasileira

Na delegacia

– Seu delegado, meu marido saiu de casa ontem à noite, disse que ia comprar arroz e até agora não voltou. O que eu faço doutor?
– Sei lá, faz macarrão.

Vovó repreende o neto

- Joãozinho, por que você atirou uma pedra na cabeça do teu primo?
- Ele me beliscou.
- E por que você não me chamou?
- Pra quê? A senhora não iria acertar.



UMA SIMPLES FOTO



Alegria

é saúde
e terapia



Se não quiser adoecer – Fale de seus sentimentos

Emoções e sentimentos que são escondidos, reprimidos, acabam em doenças como: gastrite, úlcera, dores lombares, dor na coluna. Com o tempo a repressão dos sentimentos degenera até em câncer. Então vamos desabafar, confidenciar, partilhar nossa intimidade, nossos segredos, nossos pecados. O diálogo, a fala, a palavra, é um poderoso remédio e excelente terapia.

Se não quiser adoecer – Tome decisão

A pessoa indecisa permanece na dúvida, na ansiedade, na angústia. A indecisão acumula problemas, preocupações, agressões. A história humana é feita de decisões. Para decidir é preciso saber renunciar, saber perder vantagem e valores para ganhar outros. As pessoas indecisas são vítimas de doenças nervosas, gástricas e problemas de pele.

Se não quiser adoecer – Busque soluções

Pessoas negativas não enxergam soluções e aumentam os problemas. Preferem a lamentação, a murmuração, o pessimismo. Melhor é acender o fósforo que lamentar a escuridão. Pequena é a abelha, mas produz o que de mais doce existe. Somos o que pensamos. O pensamento negativo gera energia negativa que se transforma em doença.

Se não quiser adoecer – Não viva de aparências

Quem esconde a realidade finge, faz pose, quer sempre dar a impressão que está bem, quer mostrar-se perfeito, bonzinho etc., está acumulando toneladas de peso... uma estátua de bronze, mas com pés de barro. Nada pior para a saúde que viver de

aparências e fachadas. São pessoas com muito verniz e pouca raiz. Seu destino é a farmácia, o hospital, a dor.

Se não quiser adoecer – Aceite-se

A rejeição de si próprio, a ausência de autoestima, faz com que sejamos algozes de nós mesmos. Ser eu mesmo é o núcleo de uma vida saudável. Os que não se aceitam são invejosos, ciumentos, imitadores, competitivos, destruidores. Aceitar-se, aceitar ser aceito, aceitar as críticas, é sabedoria, bom senso e terapia.

Se não quiser adoecer – Confie

Quem não confia, não se comunica, não se abre, não se relaciona, não cria liames profundos, não sabe fazer amizades verdadeiras. Sem confiança, não há relacionamento. A desconfiança é falta de fé em si, nos outros e em Deus.

Se não quiser adoecer – Não viva sempre triste

O bom humor, a risada, o lazer, a alegria, recuperam a saúde e trazem vida longa. A pessoa alegre tem o dom de alegrar o ambiente em que vive. O bom humor nos salva das mãos do doutor. Alegria é saúde e terapia.

Autor desconhecido

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|-------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____

Em ____/____/____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistematicaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistematicaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistematicaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

